

# Estudar para quê? *Educação*

Considerado pelos especialistas como o maior e mais importante fórum nacional para a discussão de novas experiências educacionais e para a avaliação das políticas oficiais para os diversos níveis de ensino, a 6ª Conferência Brasileira de Educação foi aberta oficialmente ontem sob a égide do pessimismo. Convocados a debater o projeto da Lei de Diretrizes e Bases, que atualmente está tramitando no Congresso, o Plano Nacional de Educação, que foi formulado pelo ex-ministro Carlos Chiarelli e ridicularizado pelo atual ministro José Goldemberg, e o esboço de reforma do ensino superior público, que consta do "emendão", desde o início os participantes já afirmaram não acreditar em qualquer saída de curto prazo para a recuperação do ensino público, em todos os seus níveis, entre nós.

Embora seus organizadores tenham programado 22 simpósios, 21 mesas-redondas e 145 painéis até a próxima sexta-feira, a 6ª Conferência Brasileira de Educação deverá concluir seus trabalhos apresentando um documento cujo conteúdo todos nós já estamos cansados de conhecer: enquanto não for vencido o corporativismo que hoje domina de modo corrosivo o País inteiro e, com ele, todas as instituições universitárias mantidas pela União, levando-as a abocanhar 85% do orçamento do MEC e a gastar 92% do que recebem em salários e vantagens funcionais para seus professores e funcionários, enquanto as escolas de 1º e 2º graus vão se degradando com o que lhes resta desse orçamento (menos de 15%), os debates que hoje estão sendo travados na sociedade sobre reforma educacional tendem a ser redundantes e inúteis.

Isso significa, em outras palavras, que a tragédia da educação pública brasileira não está na ausência de diagnósticos globais sobre seus problemas estruturais, mas na ausência de uma vontade política realmente capaz de enfrentá-los com coragem e determinação. Ao longo destas últimas décadas, como é sabido, os diversos governos nomearam várias "comissões de alto nível" e anunciaram ambiciosos projetos de "salvação da educação". No entanto, o que de fato prevaleceu foi a expansão do corporativismo predador e corrosivo das universidades federais — corporativismo esse responsável por uma distribuição injusta e imoral dos recursos oficiais em matéria de ensino. Beneficiando os estudantes oriundos das famílias mais ri-

cas, que podem pagar pela sua formação em bons colégios particulares e vencer facilmente, nos vestibulares, os alunos da degradada escola pública de 1º e 2º graus, essa distribuição iníqua prejudica drasticamente a rede oficial de ensino básico, aquela que, por determinação constitucional, deveria atender aos segmentos menos favorecidos da população, oferecendo-lhes igualdade de oportunidade na largada da luta pela vida.

Além de liquidar com o papel que deveria ser exercido pelo ensino público de 1º e 2º graus como fator de mobilidade social, o corporativismo exacerbado que toma conta do Brasil gera um outro problema não menos grave: a falta de estímulo para os alunos continuarem estudando. Na medida em que hoje prevalece em muitos setores da administração pública um sistema de seleção negativa de pessoal, no qual a lealdade ao chefe corrupto ou ao padrinho político vale mais que a capacidade de trabalho e a qualificação profissional, a maioria dos pais já não dispõe de argumentos para convencer seus filhos a permanecerem na escola. Por que estudar e se preparar para um difícil curso universitário se, na Câmara ou no Senado, um porteiro — que goza de estabilidade vitalícia no emprego e recebe aposentadoria integral por tempo de serviço — ganha mais do que recebe um médico em começo de carreira? Por que insistir para que os filhos completem um curso qualquer se, na Caixa Econômica Federal ou no Banco do Brasil, um escriturário leva para casa o equivalente a três vezes o salário de um advogado de carreira numa empresa privada ou os vencimentos de um bioquímico num laboratório renomado, ambos sem estabilidade e sem aposentadoria integral?

Agora, perguntamos: que futuro tem um país em que um pai não pode encontrar um bom argumento para convencer seu filho a estudar? Num sistema como este, a mentira, o cinismo e a corrupção deixam de ser uma opção e passam a ser uma necessidade para quem quiser "vencer na vida". Como se vê, além da inflação que o inchaço das folhas de pagamento "incoráveis" do governo brasileiro em seus três níveis — estadual, municipal e federal — acarreta para toda a Nação, este não é o maior mal que os privilégios do funcionalismo público fazem para este país. É neles que está, também, a raiz do processo de deterioração moral do povo brasileiro.